



**Processo nº** 10480.722388/2009-48  
**Recurso** Voluntário  
**Acórdão nº** **2402-011.928 – 2<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 4<sup>a</sup> Câmara / 2<sup>a</sup> Turma Ordinária**  
**Sessão de** 07 de agosto de 2023  
**Recorrente** UNA ACUCAR E ENERGIA LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS**

Período de apuração: 01/01/2005 a 31/12/2005

NULIDADE POR INEXISTÊNCIA DA OBRIGAÇÃO DESCUMPRIDA.  
NÃO VERIFICADA

A exação descreve claramente o fato, prova-o ao amparo de amplo complexo probatório e cumpre os rigores estabelecidos na legislação, portanto não é nula, já que cumpriu os requisitos legais e não preteriu a defesa do autuado.

**PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS RESPEITADOS NO ESTRITO CUMPRIMENTO DA LEI TRIBUTÁRIA**

Se o lançamento tão somente subsumiu fato a norma aplicável, em nada se excedendo, foram respeitados os princípios constitucionais na medida em que foi cumprida a lei tributária.

Recurso voluntário improcedente

Crédito tributário mantido

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso voluntário interposto.

(documento assinado digitalmente)

Francisco Ibiapino Luz - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Rodrigo Duarte Firmino - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Diogo Cristian Denny, Gregorio Rechmann Junior, Rodrigo Duarte Firmino, Ana Claudia Borges de Oliveira, Rodrigo Rigo Pinheiro, Jose Marcio Bittes, Wilderson Botto (suplente convocado), Francisco Ibiapino Luz (Presidente).

## Relatório

### I. AUTUAÇÃO

Em 30/11/2009, fls. 1.404, a contribuinte foi notificada quanto à lavratura do Auto de Infração DEBCAD nº 37.255.572-1 para cobrança de multa no valor original de R\$ 1.329,18, em razão de descumprimento de dever instrumental, CFL 59, por deixar de efetuar o desconto da contribuição a cargo do segurado, nos termos da lei, referente ao período fiscalizado, 1/2005 a 12/2005, fls. 02 e ss.

Referida exação está instruída por relatório circunstanciado, fls. 06/09, sendo precedida por ação fiscal, conforme Mandado de Procedimento Fiscal nº 0410100.2009.00512, iniciado em 02/06/2009, às 15:20, fls. 61/62 e encerrado em 18/11/2009, fls. 317/318.

A exação está instruída por exigências realizadas ao amparo de intimações, termos, cópia de documentos da empresa, tais como livro diário, resumo de pagamentos de salário, extratos e cópia de outros, conforme fls. 63/1.403.

Em apertada síntese, a fiscalização tributária constatou, a partir do exame contábil da empresa, lançamentos superiores aos valores de salário-contribuição dos empregados declarados nas Guias de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – GFIPs, fls. 6 e 7:

3. Após exame da contabilidade da empresa (Livros Diário e Razão de 2005), foram constatados lançamentos contábeis superiores aos valores de salário-de-contribuição dos empregados declarados nas Guias de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social - GFIPs (extraídas do Demonstrativo Normalizações e Agregações DNA e GFIP WEB, cópias anexas) e constantes das folhas de pagamentos dos segurados empregados apresentadas pela autuada, relativamente ao período de 01/2005 a 12/2005, além do 13º salário (cópias anexas dos Resumos Mensais e amostragem das folhas analíticas de três estabelecimentos).

4. A divergência supramencionada foi identificada nas contas: 32601010001 37101010001 (ORDENADOS E SALÁRIOS), 32601010002, 37101010002 (13º SALÁRIO), 32601010003, 37101010003 (FERIAS). Tais contas são classificadas, respectivamente, nos grupos de custo de produção e serviços e despesas operacionais, conforme demonstrativo abaixo....

### II. DEFESA

Irresignada com o lançamento, a contribuinte, por advogado assistida, instrumento a fls. 1.450 a 1.452, apresentou defesa em 24/12/2009, fls. 1.416 a 1.423, alegando preliminar de nulidade por inexistência da obrigação descumprida, já que cumpriu para com todos os seus deveres, sendo que as diferenças apuradas não são pertinentes à autuada, mas sim às Empresas Agropecuária Javali Ltda e Agropecuária Vale do Jacuípe Ltda.

Quanto ao mérito, que a multa tem caráter de confisco, inclusive trouxe jurisprudência para amparar seu entendimento.

Por fim requereu a procedência de sua peça de defesa.

Juntou cópia de documentos, fls. 1.424 e ss.

### **III. DECISÃO ADMINISTRATIVA DE PRIMEIRO GRAU**

A 4<sup>a</sup> Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Campo Grande (MS) – DRJ/CGE julgou a impugnação improcedente, conforme Acórdão n.º 04-35.574, de 22/05/2014, fls. 1.453/1.455, de ementa abaixo transcrita:

**OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS. MULTA.**

O descumprimento de obrigações acessórias converte-se em obrigação tributária principal referente à multa.

**OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. DESCUMPRIMENTO. MULTA. TESE DE INCONSTITUCIONALIDADE.**

É defeso às instâncias administrativas de julgamento afastar aplicação de lei sob argumento de inconstitucionalidade.

O contribuinte foi regularmente notificado em 20/06/2014, conforme fls. 1.457/1.459.

### **IV. RECURSO VOLUNTÁRIO**

A recorrente, por advogado representada, instrumento a fls. 1.478, interpôs recurso voluntário em 21/07/2014, fls. 1.461 a 1.468, apresentando a mesma tese com o seguinte acréscimo:

Além de repisar seu entendimento do caráter confiscatório da aplicação, também se contrapõe à decisão por negar procedência a essa parte da defesa ao argumento de não apreciar inconstitucionalidade de lei, já que, a seu juízo, o ponto defendido na impugnação não é esse, mas sim o da necessidade da autoridade subsumir a norma ao fato, no caso concreto, conforme os preceitos constitucionais, em especial os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

Por fim requereu o recebimento e o provimento do recurso interposto.

Juntou cópia de documentos, fls. 1.470 e ss.

É o relatório!

### **Voto**

Conselheiro Rodrigo Duarte Firmino, Relator.

#### **I. ADMISSIBILIDADE**

O recurso voluntário interposto é tempestivo e obedece aos requisitos legais, portanto dele conheço.

Passo a exame da preliminar apresentada.

## II. PRELIMINAR

Aduz a recorrente nulidade da exação por inexistência da obrigação descumprida, já que cumpriu para com todos os seus deveres, sendo que as diferenças apuradas não são pertinentes à autuada, mas sim às Empresas Agropecuária Javali Ltda e Agropecuária Vale do Jacuípe Ltda.

Em exame ao lançamento, observo que a autoridade tributária constatou, a partir do exame contábil da empresa, lançamentos superiores aos valores de salário-contribuição dos empregados declarados nas Guias de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – GFIPs, conforme descreve relatório de fls. 6 a 9.

Consta dos autos o procedimento fiscal aberto em nome da recorrente, MPF nº 0410100.2009.00512, exigências realizadas ao amparo de intimações, termos, cópia de documentos, tais como livro diário, resumo de pagamentos de salário, extratos e cópia de outros, conforme fls. 63/1.403, **tudo em nome da empresa autuada.**

A alegação de que as obrigações descumpridas são de outras empresas não se sustenta diante do complexo probatório juntado no processo, ao contrário, o que se vê são dados e documentos da recorrente. Para além disso, também destaco que a exação cumpriu os requisitos estabelecidos no art. 10 do Decreto nº 70.235, de 1972, inexistindo, *in casu*, preterição do direito de defesa ou qualquer outra causa de nulidade, nos termos em que rege o art. 59 de referido decreto.

Sem razão.

## III. MÉRITO

Aduz a peça recursal que a multa tem caráter de confisco, para além de infringir a outros princípios constitucionais tal como o da proporcionalidade, inclusive trouxe jurisprudência para amparar seu entendimento. Contrapõe-se à decisão recorrida por negar procedência ao argumento de não apreciar inconstitucionalidade de lei, já que, a seu juízo, o ponto defendido na impugnação não é esse, mas sim o da necessidade da autoridade subsumir a norma ao fato, no caso concreto, conforme os preceitos constitucionais.

Considerando que a exação, *in casu*, fez a aplicação da multa em estrito cumprimento da legislação em vigor e de outro modo jamais poderia ser feito, visto que não cabe à autoridade tributária deixar de cumprir sua atividade vinculada prevista no art. 142 do CTN, tenho que os princípios constitucionais foram respeitados na medida em que, tão somente, foi cumprida a lei tributária.

Ademais, importante aplicar, *in casu*, precedente deste Conselho, abaixo transcrito.

O CARF não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei tributária. (Súmula CARF nº 2)

Sem razão.

**IV. CONCLUSÃO**

Por derradeiro, voto por rejeitar a preliminar e, no mérito, negar provimento ao recurso interposto.

É como voto!

(documento assinado digitalmente)

Rodrigo Duarte Firmino